

GOSUINI DE EXPUGNATIONE SALACIAE CARMEN: ANÁLISE DE UMA FONTE ATRAVÉS DE UM QUADRO TEÓRICO DA ESTRATÉGIA

*GOSUINI DE EXPUGNATIONE SALACIAE CARMEN:
ANALYSING A SOURCE THROUGH A STRATEGY
THEORETICAL CORPUS*

Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso

Tenente-Coronel de Infantaria pela Academia Militar
Mestre em História

Investigador do Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM) do Instituto Universitário Militar

1449-027 Lisboa

Investigador integrado no Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

1069-061 Lisboa

cfafonso75@gmail.com

Resumo

Efetuuou-se um estudo de uma fonte medieval relacionada com a conquista de Alcácer do Sal, em 1217, recorrendo a um modelo de análise contemporâneo, que estratifica verticalmente a guerra em níveis. Na consciência de que se trata de uma abordagem envolta num certo nível de anacronismo, o modelo constitui, no entanto, um meio de análise válido, já que permite a transferência de informação, de um modo coerente e organizado, facilitando a perceção de dinâmicas inerentes à conflitualidade em Portugal no quadro da Reconquista no início do século XIII.

Palavras-chave: Reconquista, Alcácer do Sal, Gosuíno.

Abstract

This paper examines a medieval source on the conquest of Alcácer do Sal in 1217 using a present-day analysis model that divides war into vertical levels. While this sort of approach is somewhat anachronistic, the model is a valid tool to transfer information in a coherent and organized manner and to understand the dynamics of war in Portugal in the context of the Reconquista at the onset of the thirteenth century.

Keywords: Reconquista, Alcácer do Sal, Gosuíno.

Como citar este artigo: Afonso, C., 2018. *Gosuini de Expugnatione Salaciae Carmen*: Análise de uma Fonte Através de um Quadro Teórico da Estratégia. *Revista de Ciências Militares*, maio, VI(1), pp. 17-39.
Disponível em: <https://www.ium.pt/cisdi/index.php/pt/publicacoes/revista-de-ciencias-militares>.

Introdução

Nas últimas duas décadas, o estudo dos aspetos militares em História Medieval conheceu uma maior atenção por parte dos investigadores do que em períodos anteriores embora, no presente momento, ainda haja inúmeras possibilidades de linhas de investigação a seguir¹.

A História Militar Medieval recorre às mesmas fontes a que recorrem outros campos de estudo da Idade Média: fontes escritas medievais inéditas e/ou publicadas, textos mais tardios de cariz cronístico, documentos arqueológicos e património edificado. Tem, ainda, como apoios à investigação, os estudos elaborados por investigadores, nacionais e internacionais, nos quais se insere uma área ainda pouco explorada (e sobre a qual há que fazer uma gestão cuidadosa), que é a história experimental².

Atualmente tem-se também assistido à tendência para o incremento da interdisciplinaridade na investigação histórica, promovendo-se a sua conjugação com outros ramos do saber. Nesta perspetiva, a Estratégia, enquanto ciência militar, não pode deixar de ter o seu lugar no estudo da História Militar.

O presente artigo tem como finalidade apresentar uma metodologia de análise de uma fonte medieval por nós escolhida – o *Gosuini de expugnatione Salaciae carmen*, que passaremos a designar por “*carmen* de Gosuíno” ou, simplesmente, “*carmen*”. Estamos perante uma obra literária – um poema – que tem como tema o feito da tomada de Alcácer, em 1217. Uma prática aconselhável tanto em história, como em praticamente qualquer campo de conhecimento, é o recurso a um modelo de análise. Escolhemos apoiar-nos num modelo consagrado pelas teorias da estratégia ocidentais contemporâneas, observando os níveis da guerra que, pelo menos desde Beaufre, se organizam através de um critério vertical de ordenação³.

No *carmen* de Gosuíno, procuraremos, prioritariamente, dados correspondentes aos níveis da guerra estratégico e operacional. Esperamos, no entanto, encontrar dados relativos a muitos outros campos de interesse militar, que terão de ser considerados. Só a extração de tudo o que a fonte puder devolver de interesse para o estudo da guerra permitirá estabelecer relações ação-consequência na análise. Note-se que o objeto do presente trabalho não é a fonte, mas o método de abordagem à fonte. Para o efeito, o ensaio encontra-se articulado em três partes.

¹ Para uma panorâmica completa da historiografia Medieval Militar em Portugal até 2010, veja-se Monteiro & Martins, 2011, pp. 459-461.

² Atividade que segue o método científico e que abrange aspetos como a esgrima medieval ou a construção de máquinas e equipamentos de assédio e para a qual contribuem inúmeras “sociedades históricas” com especial expressão no Reino Unido e França. Apartamos, no entanto, as tão em voga “recriações históricas” e atividades afins, de cariz mais lúdico do que científico. Um bom exemplo da utilidade que poderão ter estes métodos de estudo é a construção experimental, em curso desde 2002, de um castelo em Treigny, França (Martin, 2002). Também as reconstruções e demonstrações de operação de engenhos de assédio são um valioso contributo para a compreensão dos seus alcances e efeitos. A este respeito ver, a título de exemplo, os trabalhos de Norris, 2007 e Purton, 2009.

³ Para a noção de hierarquização vertical da estratégia, nomeadamente quanto à relação da estratégia militar, nível das operações e da batalha, consulte-se Beaufre, 1963, pp. 78-79. Para a articulação dos níveis da estratégia, Couto, 1987 e Coutau-Bégarie, 2010, pp. 107-115. Vejam-se, também, Barrento, 2010, p. 121 e seguintes e Ribeiro, 2009, pp. 111-117. Adiante detalhar-se-á o modelo teórico adotado.

Na primeira, efetuar-se-á a apresentação e caracterização da fonte, incluindo a sua posição relativa a outras fontes sobre o mesmo acontecimento e a utilização que dela tem vindo a ser efetuada pela historiografia portuguesa.

Na segunda, proceder-se-á à apresentação do método de análise, em que se inclui a apresentação e justificação do modelo concetual utilizado, após o que se demonstrará o procedimento de questionamento da fonte através do método escolhido.

Na terceira parte, apresentar-se-ão os dados de interesse militar obtidos, analisando-se mais em pormenor e buscando-se a validação dos que são relevantes para a obtenção de um quadro estratégico-operacional da campanha de Alcácer.

As conclusões reunirão o quadro estratégico-operacional possível de desenhar a partir da fonte.

1. Apresentação da fonte, sua situação relativa e utilização em estudos

A mais antiga cópia do *Gosuini de expugnatione Salaciae carmen* encontra-se num códice de finais do século XIII, na Biblioteca Nacional de Lisboa, CCVII/415. Conhecem-se-lhe duas versões publicadas. A primeira deve-se a Frei António Brandão, religioso cisterciense, em 1632, na Parte IV da *Monarquia Lusitana*, posteriormente com correções de Frei Fortunato de S. Boaventura, nos *Commentariorum*. Foi por nós consultada em *Monarquia Lusitana*, Parte Quarta, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1974, reimpressão, pp. 133-136, na tradução de Santos Alves. A segunda publicação coube a Alexandre Herculano, nos *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1856, pp. 101-104⁴, e é a este autor que se deve o título latino da composição.

Trata-se de um “poema épico em verso elegíaco de inspiração clássica, estruturado segundo as regras da proporção, invocação, dedicatória e narração”⁵. As características de uma peça literária desta índole afastam-na da precisão relativa e da factualidade cronística. Com efeito, todo o texto está carregado de linguagem simbólica, que privilegia o providencialismo cristão e o sobrenatural, acabando por encobrir alguns aspetos que, imaginamos, teriam relevância para uma análise militar⁶.

Quanto ao autor, de acordo com Hermínia Vasconcelos Vilar, Gosuíno, ou Soeiro Gosuíno é normalmente identificado como um cruzado que teria tomado parte na tomada de Alcácer,

⁴ Para considerações sobre a publicação da fonte vejam-se os trabalhos de Maria Teresa Lopes Pereira, *Memória Cruzadística do Feito da Tomada de Alcácer* (1996, pp. 321-323) e *Alcácer do Sal na Idade Média* (2000, p. 46) e ainda de Hermínia Vasconcelos Vilar, *D. Afonso II* (2008, p. 170).

⁵ Maria Teresa Lopes Pereira demonstrou a forte probabilidade do objeto da dedicatória do poema ser o bispo de Lisboa, D. Soeiro Viegas, responsável pela operação de Alcácer (Pereira, 1996, pp. 327-328).

⁶ Quando, por exemplo, o texto apresenta “*Um exército celeste vem em nosso auxílio, porque Deus/ Dá o sinal da Cruz que antes concedera./ As suas vestes são esplendorosas como Sol e brilhantes como a neve fresca(...)*”, não é claro se está a ser descrito, ainda que em sentido figurado, um contingente verdadeiro, que tenha tomado parte no combate ou se se trata apenas de uma alusão ao apoio divino àquela conquista.

provavelmente um clérigo, dado o profundo conhecimento que, no seu poema, revela possuir da simbologia cristã⁷.

Em relação a outras fontes, a conquista de Alcácer de 1217 consta de praticamente todas as narrativas medievais, desde a crúzia aos livros de linhagens, às crónicas de Rui de Pina e as de 1344 e de 1419 (Vilar, 2008, p. 176). Existem também duas cartas dirigidas ao papa Honório III, de outubro de 1217: uma assinada pelos bispos de Lisboa (D. Soeiro Viegas) e Évora (D. Soeiro II), o abade de Alcobaça, o mestre da Ordem do Templo (D. Pedro Alvites), o prior da Ordem do Hospital (D. Gonçalo) e o comendador de Palmela da Ordem de Santiago (D. Martim Pais Barregão), que solicita a permanência na Hispânia dos cruzados que participaram na tomada de Alcácer. A outra carta, do mesmo mês, foi assinada por Guilherme de Holanda, com a apresentação breve do desfecho de Alcácer e em que este chefe cruzado pede indicações ao Papa sobre se deve permanecer na Península ou dirigir-se à Terra Santa. Ambas as cartas estão publicadas no *Monumenta Henricina*, vol. I, doc. n.º25 e n.º26.

Há ainda a considerar mais dois documentos. O primeiro é uma bula de Honório III, datada de 12 de janeiro de 1218, que concede aos combatentes de Alcácer a remissão dos pecados, análoga à que correspondia aos cruzados que combatiam na Terra Santa. O segundo, é a carta de resposta aos bispos, mestre, prior e comendador das três ordens militares, datada de 26 de janeiro daquele ano, que dispensa, do voto de seguir para a Terra Santa, os feridos, os pobres e aqueles que tinham ficado sem navio, aquando do desmantelamento de algumas unidades da frota cruzada para obter madeira para engenhos de cerco (MH, 1960, pp. 45-52).

Na edição Crítica do texto português da Crónica Geral de Espanha de 1344, por Lindley Cintra, a campanha vem somente aludida, no exíguo espaço de meia página dedicado ao reinado de D. Afonso II de Portugal. Na Crónica de Portugal de 1419, a tomada de Alcácer, embora grandemente baseada em Gosuino, surge com mais pormenor, com o acrescento de aspetos que não vêm mencionados no poema. Na *Coronica Delrey D. Affonso II*, de Rui de Pina, o feito ocupa os capítulos IV a VIII⁸. As crónicas muçulmanas também registam o acontecimento: “apesar do seu caráter lacónico”, Abd Alhalim compara a derrota de Alcácer à das Navas de Tolosa, sofrida em 1212 (Martins, 2011, p. 145). No Livro XIII da *Monarchia Lusitana*, composição do século XVII de Frei António Brandão, está patente nos capítulos X a XII, pp. 88 a 93.

O *Carmen* de Gosuino tem-se constituído fonte incontornável nos estudos relacionados com a tomada de Alcácer de 1217 e com o contexto político português no período. Foi utilizado por Alexandre Herculano, na narração pormenorizada da operação, na *História de Portugal*, Tomo II, Livro III, pp. 92 a 102. Foi amplamente estudado por Maria Teresa Lopes Pereira em *Memória Cruzadística do Feito da Tomada de Alcácer* (1996, pp. 319-358) e retomado pela mesma autora em *Alcácer do Sal na Idade Média* (2000, p. 25 e 47 a 52). Também Hermínia

⁷ Mário Jorge Barroca atribui a autoria, inequivocamente, a um cruzado (Barroca, 2003, p. 58). Outros autores atribuem uma grande probabilidade a que o seja (conf. Pereira, 1996, p. 327). Todo o poema contém elementos que são indiciadores da condição de clérigo do seu autor mas a primeira estrofe, que constitui inteiramente um louvor à divindade, deixa bem patentes estes indícios. A este respeito veja-se Vilar, 2008, p. 169 e Pereira, 2003, p. 114.

⁸ Foi utilizado o texto da edição das Crónicas de Rui de Pina, com introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão: 1977.

Vasconcelos Vilar, na sua biografia de D. Afonso II, o utilizou. Mário Jorge Barroca refere o *Carmen* de Gosuino fazendo um paralelismo com os relatos da conquista de Lisboa (1147) e de Silves (1189), que se devem igualmente a cruzados que participaram nas respetivas ações militares, mas lamenta que a preocupação na elaboração de uma composição artística por parte do autor tenha contribuído para a omissão de pormenores importantes para a compreensão da operação (Barroca, 2003, p. 58). Miguel Gomes Martins classifica o poema como “a principal fonte de que dispomos sobre a conquista de Alcácer” (2011, p. 130) e utiliza-o, em complemento outras fontes, destacando-se a Crónica de 1419, para inferir detalhes relacionados com a operação militar.

2. Método de análise

O objetivo que perseguimos é a obtenção, a partir do *Carmen*, de dados relacionados com os aspetos militares, com atenção especial aos níveis estratégico e operacional da guerra, mas tendo também em consideração os dados respeitantes aos níveis político (superior), tático e técnico (inferiores)⁹.

Tomou-se como base a tradução de Santos Alves, patente na *Monarquia Lusitana*, edição de 1974, mas teve-se igualmente em consideração a transcrição latina nos *Portugaliae Monumenta Historica*. O procedimento utilizado consistiu em, nos trechos em que a tradução de aspetos militares nos suscitou dúvidas, cruzar o texto da tradução com o texto em latim, de modo a verificar diferenças e ajuizar da possibilidade de interpretações alternativas.

A conflitualidade é uma realidade sempre presente nas sociedades e, ao longo dos tempos, os teorizadores da guerra foram procurando aproximar-se de algo que, pela própria natureza caótica e mutável da conflitualidade, se afigura impossível de atingir na plenitude: a sistematização completa de conceitos. No entanto, acreditamos que é possível estabelecer (ou escolher) um corpo de conceitos interoperáveis, que nos seja útil ao estudo da História Militar Medieval.

Uma observação ao conjunto das teorizações produzidas ao longo de 25 séculos permite estabelecer, desde logo, que os pensadores recorreram, *grossu modu*, a duas formas de sistematização da guerra: (i) por meio de ramos ou componentes; (ii) por meio de níveis ou planos verticais. Também é comum encontrar terceiras vias, que integram ambas as formas (Pinto, s.d., p. 2). Uma vez que o objeto de estudo é o mesmo, embora com propósitos diferentes, de um modo natural, os investigadores em História Militar Medieval também encontram formas análogas de abordagem às temáticas. Nota-se, no entanto, uma incidência muito superior da utilização da primeira forma em detrimento da segunda, ou seja, é extremamente frequente encontrar abordagens à guerra medieval organizadas por vertentes (como as campanhas, a logística, o armamento, a arquitetura, etc.), do que uma organização que distinga claramente níveis de condução da guerra. Esta constatação encontra também uma justificação bastante consistente no facto de só muito recentemente (a partir do século XVIII), ter começado a

⁹ Adiante detalharemos o significado de cada um destes níveis.

diferenciação dos níveis da guerra¹⁰. Se atentarmos em estudos abrangentes sobre a guerra na Idade Média, levados a cabo nas últimas décadas, verificamos clara preferência dos autores, na sua busca de uma visão panorâmica, pela terceira via, em quem assume papel de “espinha dorsal” a abordagem da guerra por vertentes, ramos ou temáticas e só depois, dentro de cada temática, muitas vezes de forma implícita e não explícita, são abordados os diferentes níveis da guerra¹¹.

Se, por um lado, a abordagem da guerra por vertentes ou temáticas permite grande abrangência e a cobertura do espectro, por outro lado, uma abordagem por planos verticais ou níveis da guerra, permite facilmente estabelecer relações causa-efeito na materialização de vontades políticas através da força, na implementação de medidas estratégicas, na condução das campanhas e operações, nos sucessos e insucessos dos confrontos e no papel das técnicas e materiais.

A articulação dos níveis está bem explanada em Coutau-Bégarie (2010, pp. 107-115) e faz parte de qualquer manual doutrinário atual, relacionado de operações, dentro da escola de pensamento militar que podemos classificar como “ocidental”. Existem várias correntes de pensamento estratégico, que na generalidade são unânimes em distinguir três grandes níveis: (i) o nível político, que fixa os propósitos da guerra; (ii) o nível estratégico que define os meios e procedimentos para obter a vitória na guerra; (iii) o nível tático, que emprega os meios no combate com vista à vitória na batalha¹². A Arte Operacional, apesar de ter estado sempre presente na guerra, só muito recentemente foi diferenciada enquanto conceito, ocupando uma posição de charneira entre a Estratégia e a Tática¹³. Na base da estrutura concetual, há ainda um momento em que o emprego da força deixa de ser um problema do coletivo e passa a residir na perícia, na arte, no equipamento e na tecnologia ao dispor do combatente individual, entrando-se, aqui, no nível técnico.

Do que até aqui foi exposto, obtém-se uma estruturação concetual da guerra que, não deixando de se tratar de um modelo na linha do que também já foi referenciado como “Guerra Total”, se desenvolve no plano vertical em vez de no horizontal. Existe uma hierarquia de interdependência entre cinco níveis, como os vemos atualmente, que não estava teorizada no

¹⁰ A respeito desta temática, José Carlos Pinto dá-nos uma excelente panorâmica da evolução das abordagens e da evolução da diferenciação da guerra em níveis verticais, atribuindo a Joly de Maizeroy, Marechal de Broglie (1719-1780), a primeira teorização de que, para além da “tática”, que era mecânica e local, também havia que considerar a “estratégia”, que deveria dizer respeito à condução de operações militares como um todo. Outros autores atribuem outras origens – é mencionado, frequentemente, o Conde de Guibert e a sua obra *Défense du Système de la Guerre Moderne* (1799) – à diferenciação teórica entre tática e estratégia mas, quase invariavelmente, situam-na naquele período. Veja-se também Barreto, 2010, p. 13; Charnay, 1973, pp. 51-62 e Coutau-Bégarie, 2010, p. 51.

¹¹ Uma observação dos índices dos trabalhos de Philippe Contamine em *La Guerre au Moyen Âge*, García Fitz em *Castilla y León frente al Islam: Estrategias de Expansión y Tácticas Militares, siglos XI a XIII*, João Gouveia Monteiro em *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média* e Miguel Gomes Martins na sua tese de doutoramento intitulada *Para Bellum: Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média* (1245-1367), permite confirmar que todos, na sua procura de uma abordagem holística, encontram-na através de vertentes, ramos ou temáticas e não numa perspetiva de níveis.

¹² Coutau-Bégarie preconiza estas designações (2010, pp. 90-93).

¹³ Os primeiros indícios de uma diferenciação teorizadora provêm da União Soviética, na sequência da Primeira Guerra Mundial e da Guerra Civil, em que os pensadores viram a necessidade de circunscrever os problemas inerentes ao Teatro de Operações de forma isolada dos problemas relacionados com o Teatro de Guerra (que estaria numa posição superior) e do Campo de Batalha (no patamar inferior) (Pinto, s.d., p. 6).

passado, mas que parece ser útil enquanto ferramenta de análise¹⁴: (i) nível político; (ii) nível estratégico; (iii) nível operacional; (iv) nível tático; (v) nível técnico.

Vejamos os traços gerais em que consistem os níveis, procurando ilustrar cada um com situações relativas à tomada de Alcácer, em 1217.

O nível político é aquele em que são tomadas as decisões inerentes à condução de uma entidade política. Este nível define objetivos políticos e espera que a estratégia, nível seu subordinado, consiga alcançá-los. Transpondo para a Idade Média, podemos visualizar o nível político, *grossu modu*, como o patamar das coroas e da Santa Sé e de todas as outras entidades que, ainda que conjunturalmente, se coloquem em competição com as primeiras¹⁵. Em 1217, o estado de guerra e de paz contra os poderes peninsulares envolventes é do âmbito da política.

O nível estratégico é aquele em que ocorre a materialização de vontades ou objetivos políticos através de instrumentos de poder: diplomacia, economia, força militar, etc. Digamos que a estratégia dá execução à política. Assim, uma opção de casamentos entre casas reais dá corpo a objetivos políticos através de uma estratégia diplomática; um foral é, em simultâneo, uma ação de estratégia económica, militar e social; um período de fossados é a materialização de uma estratégia militar de degradação ou de pressão¹⁶. No contexto da tomada de Alcácer, a presença de D. Soeiro Viegas, bispo de Lisboa, no Concílio de Ladrão de 1215, e a solicitação que terá feito ao papa “para que os cruzados que eventualmente passassem nas costas ibéricas, pudessem ajudar na guerra contra os mouros” (Pereira, 1996, p. 324) é um ato de estratégia diplomática.

O nível operacional diz respeito à execução do emprego da força militar e é aquele que tem em vista o cumprimento de objetivos estratégicos, estabelecendo, para si mesmo, objetivos operacionais para o conseguir. É o nível das campanhas e das grandes operações. No contexto de Alcácer, a preparação da campanha, desde a integração do contingente cruzado, até ao seu desfecho final – a queda da fortaleza em mãos cristãs – é do âmbito operacional. Até à materialização do objetivo estratégico (Alcácer), o poder militar cristão estabeleceu e atingiu, de forma sequencial, um conjunto de condições decisivas sem as quais não seria possível obter sucesso. Eis alguns exemplos: (i) a força de assédio a Alcácer foi constituída; (ii) a força foi deslocada e assumiu as disposições de cerco; (iii) foi derrotada uma força de socorro; (iv) foi quebrada a vontade de combater dos sitiados¹⁷.

¹⁴ Esta estratificação em níveis da guerra já é, aliás, recorrentemente utilizada, muitas vezes de forma intuitiva, na abordagem à História Medieval. Veja-se o caso de Mário Jorge Barroca, cuja *História das Campanhas* consiste, precisamente, na abordagem da guerra medieval centrada nos níveis estratégico e operacional.

¹⁵ Senhores leigos e eclesiásticos, poderes concelhios, elites urbanas, etc. Note-se que não são as entidades, em si mesmas, que pertencem ao nível político, mas têm capacidade de atuação a este nível.

¹⁶ Note-se que, no nível estratégico, a força militar pode ser utilizada como fator de pressão, ou seja, pode não precisar de atuar, bastando existir.

¹⁷ Um dos aspetos que se pode constatar no nível operacional é a obrigatoriedade de materialização de condições decisivas, ou seja, resultados sem os quais não é possível atingir o objetivo estratégico estabelecido. Estas condições são, de igual modo, sequenciais. Intuitivamente sabemos, por exemplo, que não seria possível – pelo menos nesta operação – materializar a condição iv sem que a condição i estivesse concluída. Os comandantes medievais, embora não utilizassem o corpo de conceitos que aqui propomos, não deixariam de utilizar um raciocínio semelhante no planeamento das campanhas.

O nível tático diz respeito ao emprego local da força, ou seja, à disposição e utilização dos recursos (materiais, humanos, psicológicos, etc.) presentes no espaço de batalha. A sua problemática reside essencialmente na manobra, ou seja, na ação que tem de ser feita para adquirir vantagem nítida sobre um adversário. No caso de Alcácer, o recurso a um “tormento” (provavelmente, um trabuco, para derrubar uma secção de pano de muralha), é uma opção tática. Também o é a disposição das forças em ordem de batalha na ribeira de Sítimos.

O nível técnico é a componente elementar do combate. A destreza física do combatente e as competências com que maneja determinada arma, são do âmbito da técnica. Está intimamente ligado aos materiais e à sua utilização direta. No tema em estudo, se o uso do “tormento” é uma opção tática, a sua construção, posicionamento e operação são do âmbito da técnica.

A hierarquização vertical apresentada tem um valor essencialmente taxonómico. Na realidade, a transição entre níveis não está linearmente definida; nem sequer o relacionamento entre si obriga a que as relações de interdependência entre níveis contíguos sejam mais fortes do que entre níveis mais afastados¹⁸.

Uma questão inerente a este género de abordagem é: que validade pode ter um instrumento de análise do passado que assenta em conceitos que, na sua maioria, não são coevos? Esta não é uma questão nova, mas é uma problemática inerente a quase todos os campos da História que assumirá maior relevância quanto maior a distância temporal às realidades estudadas. É que, para além do risco de enquadrar ou classificar realidades medievais à luz de conceitos atuais, que só aparentemente podem ser coincidentes, há também, o risco contrário, de nos conceitos atuais não existir cabimento para realidades relevantes na Idade Média. Como explicar, por exemplo, à luz dos conceitos atuais da Estratégia, a importância e o grau de envolvimento do ideário religioso na atividade militar medieval?

No entanto, constata-se que na historiografia medieval militar portuguesa, mesmo a mais recente, abundam conceitos já consagrados que são operativos, mas não são coevos. A título de exemplo vejam-se os termos “guerra civil”¹⁹ e “alistamento”²⁰. Muitas vezes os termos são colocados entre aspas, denotando a clara noção de que não são coevos, mas são úteis e, acima de tudo, não contrariam a informação proveniente das fontes. Atinge-se, por vezes, para identificar determinadas realidades, o paradoxo de encontrar soluções terminológicas que,

¹⁸ Uma das demonstrações mais bem sustentadas da influência da técnica em todos os níveis da guerra, ao longo da História da Humanidade é a de John Keegan em *Uma História da Guerra*, 1993. Loureiro dos Santos, numa descrição dos domínios da Arte Militar largamente inspirada em autores como Eric Muraise, utiliza um modelo de análise em História Militar que tem como dois polos a política e a técnica. A primeira define os objetivos e os meios, mas sempre dentro das possibilidades e limitações que lhe são proporcionadas pela segunda. O ponto de partida de Loureiro dos Santos é a técnica. Esta, na sua evolução, afeta as doutrinas (entenda-se, os três níveis intermédios) e o resultado é um leque de possibilidades ao alcance do nível político. Conf. com Santos, 2010, pp. 21-32.

¹⁹ Em Martins, 2011, pp. 147-167; Barroca, 2003, p. 59 e a grande maioria dos medievalistas, quando se referem à conflitualidade no interior das fronteiras do reino e entre portugueses.

²⁰ Em Barroca, 2003, p. 27.

por um lado, não são coevas e, por outro lado, não coincidem com terminologia já consagrada na área da estratégia enquanto ciência e no meio militar atual²¹.

Cabe aqui ao investigador a obrigação de manter sempre sob seu controlo os instrumentos analíticos que utiliza. Os conceitos devem ser somente uma lente. Deixemos aos protagonistas medievais o papel de evoluírem livremente e estejamos permanentemente disponíveis para rever o quadro concetual caso nos encontremos a utilizar conceitos que contrariem a informação que as fontes nos disponibilizem.

3. Análise militar com incidência nos níveis estratégico e operacional

3.1. Nível Político

O *carmen* de Gosuíno centra-se num episódio de aplicação local da força militar para consecução de um objetivo estratégico. Por conseguinte, a fonte não apresenta dados explícitos quanto às grandes orientações de nível político. A omissão da coroa e do monarca, D. Afonso II, em todo o texto, coloca o bispo de Lisboa, Soeiro Viegas, a desempenhar o papel principal a este nível.

O comandante comparece e presenteia todos os peregrinos

Neste ponto, a verificação da coerência induz-nos a procurar outras possibilidades no texto latino. É que a designação utilizada pelo tradutor “comandante”, empresta a Soeiro Viegas uma conotação estritamente militar e não política. Ser “comandante” não é exatamente o mesmo que ser diretor, chefe ou dirigente.

presul adest patrie, peregrinos munerat

Ao que parece, o texto latino não é tão direcionador do sentido militar do termo, uma vez que *presul* pode estar mais relacionado com “líder” em sentido geral, “protetor” e até com “bispo”. Quanto à posição do prelado na tomada de Alcácer, a Crónica de 1419 refere o papel do bispo de Lisboa (CP, 1998, p. 106) e a Crónica de D. Afonso II chama-lhe “Dom Matheus”. Nenhuma destas fontes alude a algum papel do rei nesta operação. Soeiro Viegas encabeça a lista de bispos e mestres das ordens militares enquanto petionários ao Papa da permanência das hostes cruzadas na Península (MH, 1960, p. 46).

No nível político, Gosuíno não descreve o contexto da Quinta Cruzada, proclamada em Ladrão em 1215, mas fá-lo a Crónica de 1419 (CP, 1998, p. 106) e a Crónica de D. Afonso II (CAII, 1977, p. 90). Gosuíno não vê necessidade de justificar a guerra contra os muçulmanos enquanto movimento geral da cristantade, supondo-se que se trata de um contexto já incorporado. Mas verá necessidade de legitimar, circunstancialmente, a opção estratégica de Alcácer, como se verificará adiante.

²¹ Veja-se o caso da designação de “ataque concêntrico” para designar aquilo que a terminologia militar designa de “duplo envolvimento” (Conf. com Monteiro, 2003, p. 27) ou a utilização do termo “formação”, que na terminologia militar está diretamente relacionado com o nível tático para designar um beligerante enquanto entidade de nível político (Conf. Barbosa, 2004, p. 10).

3.2. Nível Estratégico

Neste nível da guerra, a fonte começa já a fornecer dados concretos. Num documento deste cariz, os níveis não surgem claramente distintos pelo que um bom critério para identificar o que diz respeito (ou diz mais respeito) ao nível estratégico e o que cabe ao nível operacional é distinguir se a informação é relativa ao Teatro de Guerra em geral ou somente ao Teatro de Operações²². No nível estratégico buscaremos os dados patentes na fonte que, não dizendo diretamente respeito à condução da campanha de Alcácer, são referidos como insertos no quadro conjuntural.

Seguindo a ordem pela qual Gosuíno descreve os acontecimentos, podemos verificar que, sem que estivesse já pensada a operação de Alcácer, as frotas cruzadas, que no âmbito da Quinta Cruzada se encaminhavam da Europa do Norte para a Terra Santa, não deixaram de desferir ações ofensivas de caráter limitado contra posições costeiras muçulmanas, sendo apontada a cidade de Faro como objetivo destas ações, da qual resultaram despojos que foi necessário repartir:

Sulcaram os mares com inúmeros barcos; muitos vieram a Faro e fizeram destruições.
Paremos aqui. Reúnem-se as naus, faz-se juramento unânime, escolhe-se O chefe que fixa os direitos dos seus.

Esta ação sobre Faro encontra algum grau de detalhe na Crónica de D. Afonso II (CAII, 1977, p. 91) e um pouco menos na Crónica de 1419 (CP, 1998, p. 106). Gosuíno fala primeiro das destruições de Faro, passando depois a descrever a tempestade que obriga os cruzados a refugiarem-se no porto (igualmente de Faro?), para reparação da força:

Os restantes entram no porto, mas com grande dificuldade;
Com efeito, todos os barcos suportaram a tempestade.
[...] Já a armada retempera as forças e cura todas as suas feridas

Esta descrição não é compatível com o recurso a um porto controlado pelo poder almóada, como seria o de Faro ou qualquer outro da região. Neste ponto necessitamos verdadeiramente de procurar soluções noutras fontes. A Crónica de 1419 refere que:

E, eles em aquele porto [Faro], mudou-se o tempo muy em contrayro. Vendo que não estavom aly bem seguros, e deshy por corregimento dalgūas das naos e cousas que lhes comprimo, alçarom suas velas pera se yrem a Lixboa

CP (1998, p. 106)

²² Teatro de Guerra é todo o espaço de influência das entidades beligerantes. Teatro de Operações é a área de terreno que pode ser influenciada por um comandante operacional. O Teatro de Guerra incorpora todas as atividades direta ou indiretamente relacionadas com o conflito em curso. Por exemplo, a região de Ribacoa ou o termo de Zamora, apesar de, em 1217, se encontrarem afastados da fronteira com o Islão, não deixarão de ser Teatro de Guerra, porque as entidades beligerantes controlam estes territórios (e deles podem extrair recursos para o esforço de guerra). Deste modo, durante a Reconquista, pelo menos até 1249, toda a Península pode ser considerada Teatro de Guerra, bem como o norte de África, considerando o poder almóada. Já o Teatro de Operações é um espaço mais restrito em que tem lugar uma campanha. É delimitado pela área que os comandantes de nível operacional podem influenciar com as forças de que dispõem.

Estamos agora perante uma possibilidade mais verosímil, de uma força cruzada que, no seu trânsito para a Terra Santa, desencadeou uma ação contra a região de Faro e que, para o efeito, teve de desembarcar e estabelecer uma cabeça de praia. Todas as fontes falam igualmente de uma tempestade que, ainda que fosse verão (estar-se-ia em junho ou julho) poderia ter acontecido e danificado parte dos meios navais. As fontes também atribuem à tempestade a responsabilidade de ter conduzido os cruzados a Lisboa, último porto cristão mais próximo com condições para a reparação dos danos. Se a tempestade é um elemento simbólico que pretende demonstrar o desejo divino da tomada de Alcácer, não o sabemos, mas quanto a Faro, nenhuma fonte teria necessidade de o mencionar se não tivesse ocorrido, ou seja, mesmo sem Faro, poderia continuar a existir uma tempestade que conduzisse a frota à foz do “Aurífero Tejo”²³.

Já em Lisboa, Gosuíno mostra-nos o objetivo estratégico, apresentado pelo próprio Soeiro Viegas, que de interveniente político assume agora a sua posição de comandante de nível estratégico:

Ergue-se perto de nós um Castelo que é de todos os castelos o mais ameaçador dos Cristãos

Este verso encerra também outro indício: ao qualificar o castelo como “ameaçador”, está, por um lado, a aludir à posição estratégica da praça, que lhe permite servir de cabeça-de-ponte para ações ofensivas por parte dos muçulmanos, provavelmente sobre Lisboa e sobre o tráfego marítimo na costa da Península de Setúbal. Por outro lado, está a contribuir para reforçar o legitimar da ação militar contra Alcácer²⁴.

Gosuíno também justifica a incontornável necessidade do recurso à estratégia militar enquanto instrumento de poder. Já quase no final do poema, depois da conquista de Alcácer, lamenta que a alcáçova, cuja existência justificara uma intervenção “musculada”, tenha ficado intacta:

Apenas o Alcácer, isto é grande injustiça, ficou intacto e nada sofreu posteriormente.

Em todas as fontes fica explícito que, após o apelo do bispo de Lisboa, parte dos cruzados escolheu permanecer em Portugal e outra parte do contingente decidiu continuar:

A armada divide-se em partidos. Uma parte apressa-se a seguir para Marselha, Enquanto outra se prepara para entrar em Alcácer

²³ De qualquer modo, o caráter providencial da tempestade é confirmado pelo próprio poeta mais à frente, durante o apelo que Soeiro Viegas faz aos cruzados.

²⁴ Francisco García Fitz apresenta-nos, num capítulo intitulado “Reconquista y Guerra Justa” (García Fitz, 2010, pp. 79-96), as três ideias básicas dos discursos cristãos peninsulares: (i) a terra ocupada pelos muçulmanos era, previamente, pertença de um poder cristão [na maioria dos reinos hispânicos eram diretamente invocados os antecedentes visigóticos, embora Portugal procurasse demarcar-se dessa ideia, como fator de autonomização (García Fitz, 2010, p. 74)]; (ii) o conflito armado contra os muçulmanos decorria do dano inicial provocado por estes; (iii) o processo só poderia conhecer um final com a expulsão da totalidade dos poderes muçulmanos, o que transformava a guerra contra o islão num dever. Note-se que Alcácer se enquadra nestas três motivações de fundo, que são do nível político, mas Gosuíno adiciona-lhes o pretexto estratégico: Alcácer é uma ameaça pelo poder ofensivo que representa.

3.3. Nível Operacional

O nível operacional encerra os dados que correspondem ao planeamento e execução da campanha. Como já vem sendo repetidamente referido, não é possível estabelecer uma fronteira rígida entre os níveis estratégico e operacional. A este nível o *carmen* constitui-se numa fonte cada vez mais pródiga.

A primeira questão que nos surge reside no comando da campanha. Com efeito, o poema salienta grandemente Soeiro Viegas como mentor e impulsionador da campanha, não faz mais nenhuma alusão a este personagem no decorrer da ação para, no final, lamentar que não tenha sido compensado com os merecidos bens. Terá Soeiro Viegas assumido o papel de verdadeiro comandante operacional? Ou ter-se-ia limitado a conferir orientação estratégica e patrocinar a expedição com recursos? Ou ter-se-á passado algo intermédio, iniciado por si, mas em que, ao longo do processo, o bispo não logrou manter o mesmo grau de controlo que terá tido no início? Vejamos o que diz Gosuíno:

Como vedes, o Senhor fez com que aportásseis às nossas costas,
Para que o nosso jugo seja sacudido por meio das vossas armas.

Mais abaixo pode-se ler:

Portanto, flâmulos da cruz, sede inimigos dos inimigos da cruz.
Que a vossa mão, aqui preste serviço a Deus.
Associar-nos-emos a vós para conquistar Alcácer;

Gosuínio deixa implícito (e quase explícito) que os cruzados estão numa posição de superioridade e que é a eles que cabe a condução da campanha, sendo que os portugueses se lhes associarão. Quando as portas de Alcácer se abrem:

Entregam aos cruzados todos os inimigos e as suas coisas

Não foram entregues aos “nossos”, para utilizar um termo recorrente em Gosuíno. Na realidade, ao longo de todo o poema, o autor faz bem a distinção entre “cruzados” e “nossos”, procedimento que reforça a possibilidade de terem sido os primeiros a assumir a primazia operacional²⁵. Há ainda a acrescentar um longo lamento:

Com efeito, a princípio foi este que convenceu os cruzados a deslocar-se a Alcácer.
Foi este quem deu recursos e homens.
Gastou no cerco daquele Castelo, forças, recursos próprios e homens
Este deu aos nossos chefes os seus bens
A quem, como ingratos, não querem pagar nada.
Além disso, logo que o Castelo foi conquistado, com os seus auxílios e conselhos,
Negam-lhe os seus direitos.

²⁵ Embora a utilização da palavra “nossos” não se refira exclusivamente aos portugueses, mas sim a todo o conjunto dos cristãos. Já a utilização do termo “cruzados” deixa pouca margem para dúvidas que diz respeito aos peregrinos estrangeiros.

Decretou que de todo o exército lhe fossem dados dez cativos
Que estes conservaram para si.
Este é o comandante de Lisboa que tão grandes bens concedeu aos nossos
E pelo bem recebe o mal.

Não detetámos nada no poema que contrarie a possibilidade de Soeiro Viegas não ter tido o controlo operacional da força que se dirigiu a Alcácer. A fonte nem sequer é explícita acerca da presença do bispo no Teatro de Operações²⁶.

Em relação ao papel de Soeiro Viegas ou de qualquer outro possível comandante operacional, relembremos quais as restantes fontes, coevas da conquista, de que dispomos.

- (i) A carta que os bispos de Lisboa e Évora, o mestre da Ordem do Templo na Hispânia e o prior da Ordem de S. João em Portugal escreveram ao papa Honório III, solicitando a permanência dos cruzados no território por mais um ano, que fossem concedidas as mesmas indulgências que aos cruzados que batalham na Terra Santa e que fosse permitido o regresso à sua proveniência dos feridos da campanha de Alcácer, com os seus pecados remidos (MH, 1960, p. 47);
- (ii) A missiva que Guilherme de Holanda, na qualidade de condestável dos cruzados estrangeiros, escreve ao Papa, em termos análogos aos da anterior, alegando que ainda havia uma grande parte da Hispânia sob domínio muçulmano, mas que se colocava inteiramente em obediência à vontade de Sua Santidade. Além disso mencionava ao pontífice o feito de Alcácer como resultado da ação de uma centena de navios cruzados, sem nunca referir outras tropas. Referia, sim, os arcebispos e bispos de toda a Hispânia, em conjunto com os reis de Navarra e Leão (MH, 1960, pp. 48-49).

Temos portanto, duas cartas, que, mais até do que o próprio poema de Gosuino, temos certas como muito próximas da ação (menos de um mês). A primeira mostra o bispo Soeiro Viegas como elemento de um colégio de clérigos influentes e não numa posição isolada. A segunda mostra um conde flamengo que detém verdadeiro poder militar, que teve uma ação vitoriosa sobre Alcácer e pede indicações ao Papa²⁷.

Note-se que não existe dúvida sobre a participação do contingente português e dos contingentes das ordens militares. O que está em causa, neste ponto, é o sujeito detentor do comando operacional em Alcácer. A Crónica de 1419 menciona os

[...] capitães dom Pedro, mestre da cavalaria do Temple, e dom mestre Gonçalo, prior do Espritall, e Martim Baregom, comendador de Palmella, e dom Martim Pirez. Estes levarom consyguo per tera, de Lixboa e de Evora e de seus termos vinte mil homens de pee e alguns de cavallo [...]

CP (1998, p. 107)

²⁶ Em relação à presença do bispo, em pessoa, na ação de Alcácer, o único indicador (no entanto, não explícito) surge na parte final do poema, em que refere que “O castelo foi conquistado com os seus auxílios e conselhos”.

²⁷ Há também aqui um dado que contribui ainda para o debate político-estratégico sobre a posição do monarca português. Em nenhuma das cartas ele é mencionado, apesar de Guilherme aludir aos reis de Navarra e de Leão e Galiza.

Já este documento dá uma pista que mostra que Soeiro Viegas esteve presente. No contexto do recontro da ribeira de Sítimos, quando os cristãos vacilam, o bispo interveio, num discurso de incitamento à peleja, após o que

[...] orou o bispo com grande devação, dizendo em esta guisa: *Senhor, padre das misericordias, ajudador na tribulação, ex as nações dos infieys vyeromm per anos destroyr, pois como poderemos durar amte a façe deles se nos tu, Deos, não ajudares?*

CP (1998, p. 110)

No entanto, já quase no final da narração do episódio de Alcácer, a mesma Crónica não podia ser mais clara quanto ao papel de Guilherme de Holanda:

E entam partirom todos amtre sy igualmente o esbulho que hy foy achado, não dando a hum mais que a outro, salvo que leyxarom ao senhor da frota, porque por seu conselho e sabedoria forom regidos em aquele çerquo, dez prisoyneiros que ele tomara [...]

CP (1998, p. 112)

A Crónica de D. Afonso II é explícita quanto à presença do bispo quando, após as palavras de conforto que o chefe flamengo lhe dirige por a este não ter cabido nenhuma parte dos despojos, o cronista refere:

[...] e com esto hos Estrangeyros se recolheram há suas frotas, e se partiram para onde quiseram, e ho Bispo com hos senhores Portuguezes, que aho cerquo vieram, depois de leyxarem há Villa afortalezada, e bastecida, como viram que compria, tambem se tornaram para suas terras [...]

C5R (1945, p. 99)

De tudo o que foi identificado nas fontes, o *carmen* de Gosuíno, não coloca em Soeiro Viegas feitos que não lhe couberam, mas parece camuflar habilmente a preponderância operacional dos cruzados, acabando por salientar, por omissão do papel dos restantes, o papel do bispo. Este terá estado na origem da campanha, terá tomado parte no planeamento e preparação e terá acompanhado a força. No entanto, tudo leva a crer que, no terreno, figurasse como um de entre vários capitães. O conselho de guerra, a existir, seria constituído pelos capitães, prelados, mestres e priores já mencionados, mas caberia a Guilherme de Holanda, e não a Soeiro Viegas, o comando operacional. Quando muito, se não quisermos aceitar na totalidade esta tese, somos, pelo menos, forçados a admitir que, com uma centena de navios, o comandante flamengo deveria ser detentor do contingente mais numeroso dos contingentes cristãos presentes, além de ter supremacia naval inquestionável, essencial para a operação de Alcácer.

Um outro aspeto fundamental do ponto de vista operacional é o dos recursos humanos e materiais, ou seja, o efetivo presente, neste caso em pessoal e navios. Gosuíno é explícito em relação a alguns números, mas é omissos noutros. Além disso, está presente a habitual

tendência para o exagero no número de homens presente, especialmente quando se trata do inimigo. Começando pelos navios, cujos valores apontados por Gosuíno parecem corresponder às crônicas posteriores, é mencionado um reforço naval cruzado, chegado já com as operações de assédio em curso:

Sacudidos pelo medo, conforta-nos Aquele que tudo governa,
Dando-nos trinta e duas naus

A Crônica de 1419 menciona trinta e seis naus de reforço (CP, 1998, p. 109) e a Crônica de D. Afonso II refere o mesmo número (CAII, 1977, p. 161).

Gosuínio, já depois de resolvido o recontro de Sítimos, menciona:

Mas, eis que a fama nos inspira novos medos.
Para nos confundirem, confirma a presença de trinta galeras
Procuramos e encontramos-las.
Aquele que se manifestara com sinais no céu e na terra,
Agora revolta as ondas e as naus inimigas afundaram-se

Esta menção, colocada pelo poeta após a batalha, suscita algumas dúvidas de consistência. Por que razão tentariam os muçulmanos uma aproximação pelo rio, se tinham sofrido uma derrota num grande combate de encontro, em terra?²⁸

As outras fontes utilizadas proporcionam uma possibilidade de resposta mais verosímil, não no número de combatentes, mas na tipologia de operação. A Crônica de 1419 menciona que a força de socorro muçulmana era constituída por:

XV mil a cavallo e LXXX mil de pee e doze guales por mar

Rui de Pina aponta exatamente os mesmos números. Ao que parece, o socorro muçulmano foi pensado como uma operação conjunta – naval e terrestre – que obrigaria os cristãos ou a combater em duas frentes ou a abandonar uma delas, dando liberdade de ação aos muçulmanos no setor mais desguarnecido. As fontes são contraditórias quanto ao ocorrido em relação à frota muçulmana de socorro. Para Gosuíno, a intervenção divina, com mais uma tempestade de verão (a terceira), resolveu o assunto. Para as duas crônicas, foi o reforço cruzado de 36 naus que ditou a vitória naval.

Quanto ao efetivo terrestre presente, as menções que encontramos em Gosuíno são:

Quarenta mil infantes e quinze mil cavaleiros avançam,
Para nos aniquilar

Referindo-se ao efetivo de socorro muçulmano;

Mas temos apenas trezentos cavalos.
De improviso, por dom divino, quinhentos cavaleiros e cavalos
Juntam-se a nós, ao amanhecer

²⁸ Mesmo não havendo sistemas de comando e controlo como possuímos nos dias de hoje, só é crível que o comandante muçulmano da força naval entrasse no confinado espaço proporcionado pelo Sado, se estivesse seguro de que a frota cruzada, muito superior em número, não estivesse em condições de oferecer combate.

Referindo-se ao contingente montado cristão junto à ribeira de Sítimos.

Mais uma vez é necessário recorrer às outras fontes, quer para confirmar os valores apontados, quer para perceber a proveniência dos efetivos mencionados.

Vimos, anteriormente, que as crónicas diferem dos números de Gosuíno quanto ao efetivo apeado muçulmano na ribeira de Sítimos, mas conferem quanto ao número de tropas montadas. Ainda assim, os valores não são consistentes. É conhecida a tendência dos cronistas medievais para exagerarem nos números, situação em relação à qual, Ferdinand Lot efetuou uma demonstração, em 1946 (García Fitz, 2005, p. 354). Miguel Gomes Martins refere que o efetivo muçulmano, mesmo contando com a possibilidade de uma força terrestre proveniente das doze galés, não deveria ultrapassar os quinze mil homens (2011, p. 141).

O problema do número é recorrente e, no caso de Alcácer, não é resolvido através das fontes disponíveis, pelo que uma opção viável é o recurso à história comparada e à investigação acerca dos contingentes possíveis de mobilizar pelas cidades enunciadas nas crónicas de Jaen, Córdoba, Sevilha e Badajoz. Jean-Pierre Molénat ao caracterizar a organização militar dos almóadas depara-se com o mesmo problema sem, no entanto, avançar com números (Molénat, 2005, pp. 549-550). Uma vez que a finalidade do presente trabalho é expor o método de análise sobre uma fonte, no caso o *carmen* de Gosuíno, o exercício necessário para chegar a um efetivo o mais aproximado possível do que é crível que tenha estado em Alcácer revelar-se-ia extenso e o benefício obtido do resultado não seria relevante para os nossos propósitos. Por ora, interessa saber que quer os valores de Gosuíno, quer os das Crónicas, se encontram “inflacionados”.

A proveniência dos contingentes muçulmanos da hoste de socorro é também um dado que suscita questões no nível operacional. Conhecer o número e proveniência de “reis” muçulmanos (leia-se, senhores das divisões administrativas almóadas) contribui significativamente para obter dados acerca de como os muçulmanos planearam a sua operação de socorro. Três é o número referido por Gosuíno:

A Espanha conspira contra nós e, como nos chega a fama, envia três Reis.

As cartas de Guilherme da Holanda nada referem quanto ao número de reis muçulmanos presentes. A Crónica de Portugal de 1419 menciona quatro (CP, 1998, p. 108). Também o faz a Crónica de D. Afonso II de Rui de Pina (CAII, 1977, p. 94). O número de reis muçulmanos presentes deve ser alvo de questionamento. Porque razão Gosuíno, que supostamente esteve presente, aponta o número de três? Apesar da presença de contingentes de quatro cidades muçulmanas, só três eram comandados pessoalmente pelos respetivos senhores? O número três surge por uma questão simbólica? Com efeito, Maria Teresa Lopes Pereira, quando identifica os números presentes na composição assinala a presença frequente dos números dois, três, cinco, sete, dez, dezassete e setenta e dois, todos carregados de simbolismo. O número quatro não figura entre os escolhidos por Gosuíno. Mas, por outro lado, porque teria optado Gosuíno por apresentar um número que, supostamente, apouca o feito do recontro da ribeira de Sítimos? (derrotar três reis não é o mesmo que derrotar quatro). Há que ter em conta que Gosuíno pode estar certo e que as fontes posteriores apontem um número

que lhes parece verosímil, tendo em consideração a dimensão e papel das cidades de Jaén, Sevilha, Badajoz e Córdoba. Ou a hipótese de um dos contingentes não vir enquadrado pelo governador da sua cidade e sim por um capitão seu subordinado.

O desfecho da campanha, ou estado final, é também do nível operacional. Após os cristãos terem construído duas bastidas mais altas do que os muros de Alcácer e terem começado a executar tiro ajustado sobre os defensores, o moral decaiu de tal forma que:

[...] estes tormentos, bem como as torres
Inspiram medo aos inimigos.
O inimigo pede conversações, hesita, teme;
Por isso, Alcácer entrega-se e todas as portas se abrem aos nossos.

A Crónica de 1419 refere:

[...] os das bastidas os afincavam em tanto que, depois que os mouros perderom a esperança de se mais poderem ter, fizeram sinal que se queriom render e preytarom-se que os leixassem sair com as suas fazendas y os christãos não no quisierom consentyr senão que se fosem sem nada.

CP (1998, p. 112)

E Rui de Pina:

[...] per cõselho do capitaõ da frota fizerõ duas bastidas mais altas que as torres do castello em guisa que os que hião em ellas não temiaõ os de dentro e poseraõ dous engenhos emujta bestaria e doutra parte começarõ a combater em tal maneira que o lugar onde tiravaõ os engenhos e os bêsteiros nenhũs Mouros ousavaõ de appareçer pelo muro e outrosi, os das bastidas os afficavaõ entanto que depois que os Mouros perderaõ toda a esperança de se mais poderaõ ter fizeraõ sinal que se queriaõ render [...]

CAII (1977, p. 165)

Isto pode significar que Alcácer se entregou através de um mecanismo de derrota que passou pela quebra psicológica dos defensores, provocada pela capacidade de tiro ajustado sobre o interior da fortaleza.

3.4. Nível Tático

Boa parte da descrição militar da fonte se enquadra neste nível. Expor-se-ão os aspetos referentes ao nível tático patentes no *carmen* e deter-nos-emos mais nos pormenores que revelem relação direta com opções de nível operacional.

Gosuíno entra no nível tático assim que os cristãos desembarcam em Alcácer:

Levanta-se a brisa, sulcamos o mar com as naus e aproximamo-nos
de Alcácer.
Então tomamos as ruas. O inimigo acode.
Acode em cavalos para salvar a rua, mas atravessado pelas lanças
Não logra salvar-se, fugindo.
Assim, o moribundo abandona o cavalo, os companheiros e a vida.

Ambas as crônicas falam deste primeiro empenhamento, referindo que dele resultou um muçulmano morto e que o restante contingente defensor se refugiou intramuros (CP, 1998, p. 107 e CAII, 1977, p. 159).

A montagem do arraial e a descrição física do castelo também cabem no âmbito tático:

Os companheiros dirigem-se para o acampamento e choram as primeiras ruínas.
O local está cercado de uma paliçada, os fossos são profundos,
De muro duplo e com inúmeras torres.
Esta cidade, fortificada por armas diversas e homens, torna corajosos
Os que amam as suas bandeiras.
Entretanto, depois que ali chegámos, não puderam sair dos muros mais
seguramente.
Na verdade, armamos tendas junto do Castelo, defendidas com armas e homens.

Mais à frente, após a descrição de alguns aspetos técnicos, Gosuíno prossegue:

Defendemos o Castelo com soldados armados; há sangue derramado e de
ambos os
Lados bebem o amargor da morte.

Aquí o termo “defendemos”, utilizado por Santos Alves, suscita dúvidas. Recorremos ao texto latino, onde encontrámos a expressão “*vallamus*”, que pode significar “rodeamos/cercamos”, e inverte por completo o sentido da frase, tornando-a, agora, consistente.

Mais adiante, tem início a descrição do recontro da ribeira de Sítimos, a cerca de uma légua a nordeste de Alcácer. Os versos alusivos a este combate retratam realidades maioritariamente de nível tático.

Trata-se de uma extensa descrição em que elementos concretos e verosímeis estão unidos entre si por uma teia de expressões simbólicas. Uma vez que o nosso foco incide nos níveis estratégico e operacional, salientaremos somente em que medida esta descrição tem influência direta naqueles dois níveis. As implicações que o combate da ribeira de Sítimos tem para o nível operacional residem, essencialmente: (i) no facto de ter ocorrido²⁹; (ii) na entrada em Teatro de Operações de mais um contingente militar cristão, de cavalaria.

Quanto à primeira das duas implicações enunciadas, houve necessidade dos cristãos fazerem face a uma contingência – uma ramificação ao plano gizado que, uma vez resolvida, lhes permitiu retomar o que vinham fazendo: cercar a praça e tentar fazê-la cair por intermédio da combinação de múltiplas técnicas.

A grande relevância, para o plano operacional, desta primeira implicação está relacionada com a segunda implicação enunciada: a chegada do contingente de cavaleiros, aparentemente um reforço que se juntou já com a operação em curso. A hoste de socorro era algo com que os cristãos já deviam contar. Terão partido para Alcácer sabendo que o contingente de

²⁹ Todas as fontes sobre a campanha, à exceção das cartas de Guilherme de Holanda, referem este combate. Alexandre Herculano justifica esta omissão do flamengo com a possibilidade de na ribeira de Sítimos terem estado somente os portugueses, mantendo-se os cruzados a cercar o castelo. Herculano também serve de guia para outras fontes que poderão ser fundamentais para explorar os aspetos táticos da batalha, como o caso da *História Damiatana* e os *Annales Toledanos*, entre outras (Herculano, 1875, p. 98).

que dispunham era adequado para as operações de assédio, mas podia não ser suficiente para fazer face a um enfrentamento campal no caso do inimigo reagir como seria esperado. O surgimento de Pedro Alvites não terá sido um acaso; os indícios apontam para que o contingente templário tenha feito, desde sempre, parte do plano. A força que tomou parte na campanha de Alcácer foi “desenhada” ao nível operacional de acordo com a ameaça esperada. A intervenção deste corpo não parece ser somente uma contingência tática, mas antes o resultado de planeamento operacional.

3.5. Nível Técnico

Do ponto de vista das técnicas de assédio utilizadas, as primeiras investidas contra a fortaleza terão passado pela tentativa de redução do valor do fosso, à custa de madeira recolhida na região, mas os defensores incendeiam os materiais depositados pelos cristãos:

A armada está sem segurança.
À medida que nos aproximamos dos muros, a oliveira e a figueira caem
Para que os fossos repletos nos deem passagem.
O fosso está cheio de lenha; Vulcano [o fogo] parece estar conjurado contra nós;
Tudo é consumido pelo fogo.

As crónicas são igualmente concordantes com Gosuíno em relação a estas ações. Seguiu-se, então, a tentativa de derrube de uma secção de pano da muralha, com recurso a um “tormento”³⁰:

Fazemos um tormento [máquina de guerra para atirar projéteis], rolamos pedras
De muros, mas as pancadas pouco ou nada movem as muralhas.

Mais uma vez, as outras duas fontes fazem menção ao engenho, sendo que este terá sido construído no local e não transportado desde Lisboa.

Após a batalha da ribeira de Sítimos, os cristãos retomam, livremente, as ações de assédio. Toda a descrição revela aspetos que são, essencialmente, do âmbito da técnica. Os defensores utilizam, recorrentemente, pedras e fogo – têm capacidade de colocar os atacantes a uma distância de segurança das muralhas:

Aquele que se manifestara com sinais no céu e na terra,
Agora revolta as ondas e as naus inimigas afundaram-se.
Dirigimo-nos de novo para os sitiados,
Mas rolam com força contra nós pedras, vigas e fogo.
Feridos, afastamo-nos do muro e de longe atacamos com o arco;
Os dardos estão húmidos de sangue.
A terra fica impregnada de sangue de um e de outro povo.
Por nossa vez, bebemos os copos terríveis da morte.

³⁰ Que deveria tratar-se de uma manganela ou de um trabuco. A alusão ao reduzido efeito produzido nas muralhas por este engenho leva a concluir que ou não foi possível tirar o máximo partido do seu potencial, ou se tratava de um engenho com pouca capacidade face ao obstáculo a derrubar. Miguel Gomes Martins sugere a possibilidade de se tratar já de um (ou vários) trabucos de contrapeso, inovação recente que tinha vindo a suplantam em eficácia os anteriores trabucos acionados por tração humana (Martins, 2011, p. 135).

Não obtendo sucesso com táticas de degradação utilizando técnicas de tiro, tentam uma tática de brecha, utilizando a técnica da mina. Uma contramina muçulmana consegue anular o esforço cristão, chegando Gosuíno a referir uma escaramuça subterrânea:

Assim, nada avançamos; a artimanha junta-se à força.
Por isso cavamos debaixo da terra para que os muros ruam.
Cavamos às ocultas e o inimigo cava ao contrário
E esforça-se para que o nosso trabalho seja inútil.
Combate-se dentro da própria escavação com ferro, fumo e fogo.
Também aqui o sangue derramado corre de ambos os lados.

Tendo-se reveladas infrutíferas as técnicas utilizadas até aqui, surge a ideia de erguer duas torres, a partir das quais se possa fazer tiro para o interior da muralha³¹. Não se sabe se se tratariam de torres móveis (de assalto) ou fixas, mas a descrição de Gosuíno, corroborada pelas crónicas, aponta para que o mecanismo de derrota tenha ocorrido pela capacidade que os cristãos agora passaram a deter, de efetuar tiro ajustado sobre os sitiados dentro de muros e isto tornou-se insuportável para os defensores³².

Depois, não longe das muralhas, mesmo perto delas,
Erguemos duas torres mais altas do que as do castelo.
Fazem-se construções de madeira, olham do alto para o acampamento;
E observam o inimigo para continuamente lhe armar ciladas,
Para dirigir as setas com o arco no meio do acampamento
E assim a morte inopinada atingir os habitantes do Castelo.
Erguemos em seguida dois muros; estes tormentos, bem com as torres,
Inspiram medo aos inimigos.

De um modo geral, as outras fontes consultadas conferem com a descrição de Gosuíno, não tendo este incluído nenhum aspeto que se revele mais ousado ou diferente.

Conclusões

O ensaio a que nos propusemos não está isento de crítica, desde logo no que diz respeito à utilidade da utilização de um modelo de análise que não corresponde ao contexto coevo da fonte. No entanto, uma vez que uma das utilidades da História reside na procura de respostas para inquietações do nosso tempo, as questões que colocamos são, invariavelmente, questões do presente, com os quadros mentais atuais. Ainda que nada mais de útil se possa retirar do texto que agora finaliza, acreditamos ter estabelecido uma ponte entre o conhecimento militar atual e uma fonte medieval, com o conseqüente contributo para a divulgação da História.

O *carmen* de Gosuíno é uma fonte de valor para os níveis da guerra em que nos queremos focar. Apesar de incidir essencialmente em aspetos táticos, fornece boas informações de nível estratégico e operacional que, conjugadas com o que se sabe de outras proveniências,

³¹ Sabe-se, não por Gosuíno mas pela carta do papa Honório III, de 26 de janeiro de 1218, que a madeira para a construção das torres proveio do desmantelamento de navios cruzados.

³² Um pouco à semelhança do que hoje designaríamos por tiro de *sniper*.

permitem estabelecer um desenho coerente da campanha, com objetivos, ações, intervenientes e consequências. Recorde-se que a abordagem à fonte assentou em boa medida naquilo que esta nos pode prover e não naquilo que não pode. Dentro do que nos parecia que a fonte podia fornecer, procuraram-se confirmações e informações com recurso a outras fontes, incidindo especialmente na relação dos dados obtidos com os níveis da guerra estratégico e operacional.

A fonte permitiu identificar – e analisar, cruzando-a com outras fontes – no nível estratégico:

- O contexto estratégico da presença cruzada no território português;
- Os agentes. Neste caso, o protagonista não é o monarca, mas um prelado, que se converte em comandante estratégico: Soeiro Viegas;
- A modalidade de ação estratégica total, que assentou na ameaça direta;
- As estratégias gerais utilizadas, que foram essencialmente a diplomática (junto da Santa Sé e junto dos cruzados que aportaram em Lisboa) e a militar (na opção por uma campanha);
- O objetivo estratégico, Alcácer, “dos castelos o mais ameaçador”;
- A manobra estratégica utilizada, que consistiu na aproximação direta, por direções paralelas (via terrestre e naval) para uma única finalidade concentrada (Alcácer).

Os principais dados obtidos ao nível operacional foram:

- Indícios fortes sobre o comandante operacional, que teria sido o conde Guilherme de Holanda;
- A presença do bispo entre os capitães que tomaram parte na operação;
- Com alguma exatidão, a composição das forças navais presentes;
- O exagero nos números quanto a forças terrestres, nomeadamente de infantaria;
- Dados relativos ao planeamento operacional do lado almóada, nomeadamente a problemática levantada pela fonte, ao referir três reis e não os quatro referidos por outras fontes;
- O estado final da operação e o mecanismo de derrota que a ele conduziu: a praça terá caído por pressão psicológica;
- O empenhamento da ribeira de Sítimos e o grau com que teria já sido previsto, demonstrado pela intervenção de um contingente montado, recolhido por Pedro Alvites na Hispânia;
- O planeamento operacional contou com a possibilidade técnica de construção de engenhos de assédio no local, o que efetivamente aconteceu.

Mais do que um exercício de análise detalhada, pretendeu-se expor o método utilizado, exemplificando-o sobre a fonte escolhida. Não se pretendeu desenvolver e resolver todos os problemas apresentados pelo documento. Procuraram-se caminhos de resolução dos problemas apresentados pela fonte naqueles aspetos relacionados com os dois níveis em estudo (estratégico e operacional) e naqueles outros que, não estando dizendo diretamente respeito a estes níveis, pareceram ter neles implicações diretas.

Lista de Abreviaturas

- C5R: *Crónica de Cinco Reis de Portugal*
C7R: *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*
CAII: *Crónica de Afonso II*
CP: *Crónica de Portugal de 1419*
MH: *Monumenta Henricina*
PMH: *Portugaliae Monumenta Historica*

Referências bibliográficas

- Barbosa, P., 2004. *Conquista de Lisboa, 1147: A Cidade Reconquistada aos Mouros*. Lisboa: Tribuna da História.
- Barrento, A., 2010. *Da Estratégia*. Lisboa: Tribuna da História.
- Barroca, M., 2003. História das Campanhas. Em: *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 22-68.
- Beaufre, A., 1963. *Introdução à Estratégia*. 1998 ed. Lisboa: Sílabo.
- Brandão, f. A., 1974. *Monarquia Lusitana, Quarta Parte*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- Brandão, f. A., 1974. *Monarquia Lusitana, Quarta Parte*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda.
- Crónica de Cinco Reis de Portugal*, 1945. Porto: Civilização.
- Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal, Edição Crítica de Carlos da Silva Tarouca*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952-1955.
- Crónica de Portugal de 1419*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.
- Chaliand, G., 1990. *Anthologie Mondiale de la Stratégie: des origines au nucléaire*. Paris: Éditions Robert Laffont.
- Charnay, J., 1973. *Éssai Général de Stratégie*. Paris: Editions Champ Libre.
- Contamine, P., 1980. *La Guerre au Moyen Âge*. Paris: Nouvelle Clío.
- Coutau-Bégarie, H., 2010. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.
- Couto, A., 1987. *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso*. Lisboa: IAEM.
- Doniger, W. et al., 2012. *Encyclopaedia Britannica*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/600428/total-war>>, [Consult. em 17 dezembro 2012].
- Duarte, L., 2007. *Aljubarrota, Crónica dos Anos de Brasa: 1383-1389*. Lisboa: QuidNovi.
- France, J., 1994. *Victory in the East: a Military History of the First Crusade*. Cambridge: Cambridge University Press.
- García Fitz, F., 2005. *Castilla y León Frente al Islam*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- García Fitz, F., 2010. *La Reconquista*. Granada: Editorial Universidad de Granada.
- Herculano, A., 1875. *História de Portugal*. 8ª. ed. Paris e Lisboa: Aillaud & Bertrand.
- Keegan, J., 1993. *Uma História da Guerra*. 1ª Edição Portuguesa 2006 ed. Lisboa: Tinta da China.

- Martin, M., 2002. *SAS Guédelon Chantier Médiéval*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.guedelon.fr/>>, [Consult. em 12 dezembro 2012].
- Martins, M., 2011. *De Ourique a Aljubarrota: a Guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Mattoso, J., 1993. Alcobacense, historiografia. Em: *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Molénat, J., 2005. L'organisation militaire des Almohades. Em: *Los Almohades: Problemas Y Perspectivas, vol. II*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 547-565.
- Monteiro, J., 1998. *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Monteiro, J., 2003. *Aljubarrota, 1385: A Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História.
- Monteiro, J., 2010. *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares: Ensaio de História Militar Antiga e Medieval*. Lousã: Salamandra.
- Monteiro, J. e Martins, M., 2011. The Medieval Military History. Em: B. V. e. S. M. J. B. Maria de Lurdes Rosa, ed. *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 459-481.
- Monumenta Henricina, Vol. I*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- Norris, J., 2007. *Medieval Siege Warfare*. Stroud, Gloucestershire: Tempus.
- Pereira, A., 2003. *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista (Séculos XI-XIII)*. Entroncamento: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Pereira, M., 1996. Memória Cruzadística do Feito da Tomada de Alcácer, 1217 (com base no Carmen de Gosuino). Em: *2º Congresso histórico de Guimarães, Actas do Congresso, vol 2*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, pp. 319-358.
- Pereira, M., 2000. *Alcácer do Sal na Idade Média*. 1ª ed. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Alcácer do Sal.
- Pina, R., 1977. *Crónica de D. Afonso II*. Porto: Lello & Irmão.
- Pinto, J., s.d. *Introdução à Arte Operacional*. [pdf] Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/introducaoArteOperacional.pdf>>, [Consult. em 17 dezembro 2012].
- Purton, P., 2009. *Early Medieval Siege: c.450-1200*. Woolbridge: The Boydell Press.
- Ribeiro, A., 2009. *Teoria Geral da Estratégia: o essencial ao processo estratégico*. Coimbra: Almedina.
- Santos, J., 2010. *História Concisa de Como se Faz a Guerra*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Vilar, H., 2008. *D. Afonso II*. Rio de Mouro: Temas e Debates.

